

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA de 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLÉIA GERAL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
17 DE JANEIRO DE 2011

Aos dezessete (17) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, com sede à Av. Ramiro Colleoni, nº 05, Vila Dora, Santo André, às 10h00, realizou-se a Décima Segunda Reunião Ordinária da Assembléia Geral, presidida pelo Presidente Prefeito Clóvis Volpi, e contou com a presença do Excelentíssimo Prefeito do Município de Santo André, Dr. Aidan Antônio Ravin, do Excelentíssimo Prefeito de São Bernardo do Campo, Prefeito Luiz Marinho, do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Diadema, Arq. Mário Reali, e do Excelentíssimo Prefeito do Município de Mauá, Prof. Oswaldo Dias. Ausente o o Excelentíssimo Prefeito do Município de São Caetano do Sul, Dr. José Auricchio Júnior, representado, por portaria de substituição, pelo Vice-Prefeito Walter Figueira Junior. Ausente também o Excelentíssimo Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, Dr. Adler Alfredo Jardim Teixeira, sem representante. Presentes os assessores regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Rio Grande da Serra e Diadema. Presente, igualmente, os membros do GT Saúde. Ausente o Assessor Regional de Mauá. INÍCIO. – O Presidente iniciou os trabalhos dando bom dia e agradecendo a presença de todos. Seguindo a pauta, colocou em votação a ata da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 06/12/10, e Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/10, as quais foram aprovadas por unanimidade e assinadas pelos presentes.

1) PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSÓRCIO – EXERCÍCIO DE 2010. O Presidente do Consórcio passou a palavra à Secretária Executiva, Dra. Eliana, que demonstrou aos Prefeitos, em data show, as ações que foram executadas com verba do rateio, no exercício de 2010, sendo: reforma do auditório, troca de carpete do auditório, aquisição de telão de data show para auditório, aquisição de TV LCD 42" para sala 01, pintura externa do prédio e faixas de segurança, troca do portão da garagem, troca dos computadores (antes eram da Caixa Econômica Federal e agora trocamos por máquinas novas, adquiridas para os funcionários), aquisição de 02 (dois) notebooks novos para as salas de reuniões, aquisição de 04 (quatro) novos projetores para salas de reunião), troca de PABX e telefones ramais, que ocasionou economia de aproximadamente 85% ao Consórcio, que pagou em fevereiro de 2010 conta telefônica no valor de R\$ 1.739,10) e em dezembro de 2010 no valor de R\$ 263,49)., aquisição de mobiliário, instalação de 06 (seis) câmeras internas e externas no Consórcio, instalação de relógio ponto digital, sintetizador de voz no elevador – atendimento de normas de acessibilidades, montagem de sete bureaus de turismo com verba de contrapartida do Consórcio (aproximadamente R\$ 82.000,00), em andamento licitação para troca dos dois veículos do Consórcio, implantação de sistemas de contabilidade, orçamento, compras, almoxarifado, protocolo, confecção de crachás para os funcionários, reformas das duas casas abrigo. A Secretária ainda demonstrou um superávit financeiro do Consórcio no valor de R\$ 1.232.965,86 (hum milhão, duzentos e trinta e dois reais, novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), e R\$

109.882,96 (cento e nove mil, oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos) da Casa Abrigo. Feita a explanação, a Secretária solicitou autorização aos Prefeitos, para que referidos superávits integrassem o orçamento 2011, por meio de abertura de créditos adicionais. Com relação ao superávit da Casa Abrigo, solicitou autorização para que fosse adquirido um automóvel popular, para uso no projeto regional Casa abrigo, explicando que referido pleito partiu do Conselho Gestor. Dos R\$ 109.882,96 deverá ser retirado R\$ 34.631,41 que está depositado indevidamente na conta corrente da Casa Abrigo, visto que após levantamento, verificou-se que alguns Municípios depositaram verba no Consórcio na conta da Casa Abrigo. Sendo assim, esta verba passará da conta corrente da Casa Abrigo para a conta corrente do Consórcio, e o saldo final de superávit financeiro da Casa Abrigo será de R\$ 75.251,55. O Conselho Gestor sugere a utilização deste valor para a aquisição de um automóvel novo, do tipo popular, o qual poderá integrar a licitação para aquisição de automóvel novo para o Consórcio. O Prefeito Luiz Marinho questionou qual o ano do veículo Renault que era utilizado no projeto, tendo a Secretária informado ser um 2006. O Prefeito Luiz Marinho questionou porque não trocavam por um automóvel novo, para não perder muito valor. A Secretária informou, então, que cotará carros novos, e fará licitação juntamente com a licitação dos automóveis do Consórcio. Os Prefeitos concordaram. Quanto ao superávit financeiro do Consórcio, solicitou autorização para que fosse aberto crédito adicional, sendo certo que os Prefeitos autorizaram da seguinte forma: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) na rubrica de projetos para a contratação de empresa que forneça radar meteorológico personalizado para a região, devendo ser aberta licitação de imediato. O restante deverá ser dissolvido nas demais rubricas orçamentárias de 2011.

2) PRODUTOS METEOROLÓGICOS PERSONALIZADOS. Vide anotação no item "1".

3) PLEITO DO VICE-PRESIDENTE DO CONSÓRCIO E PREFEITO DE DIADEMA, ARQ. MÁRIO REALI, SOLICITANDO INTERCESSÃO DO CONSÓRCIO JUNTO AOS DEPUTADOS ESTADUAIS, PARA QUE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41/2009, QUE PREVÊ A CRIAÇÃO DO OFÍCIO DO JURI E EXECUÇÕES CRIMINAIS, INCLUSIVE NA COMARCA DE DIADEMA, TENHA DISCUSSÃO E APROVAÇÃO COM URGÊNCIA.

Colocado em discussão, os Prefeitos deliberaram no sentido de que a Secretária Executiva agende reunião entre os Prefeitos e o Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado José Antonio Barros Munhoz, para fevereiro de 2011, tendo em vista que aquele órgão está em recesso parlamentar.

4) PLEITO DO GT SAÚDE, PARA QUE O CONSÓRCIO, POR INTERMÉDIO DOS PREFEITOS, MANIFESTEM DE FORMA PÚBLICA, PARECER CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI QUE VISA ALTERAR A LEI COMPLEMENTAR Nº 846, DE 04/06/98, QUE DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.

O Presidente passou a palavra à Sra. Lumena, da Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo, a qual representa o Coordenador do GT Saúde, Dr. Arthur Chioro, em viagem nesta data. Com a palavra, a Sra. Lumena informa aos Prefeitos que o Projeto de Lei, em verdade, já se transformou na Lei Complementar nº 1.131, de 27/12/10. Solicita aos Prefeitos que façam pressão para que os hospitais Mario Covas e Serraria não vendam seus leitos, pois, caso contrário, a situação desses hospitais agravaria muito, pois já há falta de leitos.

Informa que hoje temos déficit de aproximadamente 150 leitos. Aberta a discussão, o Prefeito Luiz Marinho entende que este assunto merece ser discutido com o Governador do Estado, para que o Estado informe qual será o hospital regional que atenderá esta expectativa, uma vez que não poderemos vender leitos que já não possuímos. Entende não haver problema em cumprir a lei, mas vê uma discrepância, sendo necessário organizar melhor o debate. Precisamos levar ao Governador alguma sugestão. A Sra. Cidinha Pimenta (Diadema) informa que hoje o paciente entra no hospital e não consegue internação. Por isso, concorda que é preciso uma conversa organizada com o Secretário de Saúde do Estado e não podemos esperar muito. O Prefeito Mário reforça igualmente a tese do Prefeito Marinho e coloca ser necessário avaliarmos qual a oferta e qual a demanda atual. Informa que tem recebido pelo menos uma ação judicial por dia para que inclua criança em creche. Coloca ser preciso que façamos a organização dos números, para levarmos ao Secretário Estadual de Saúde, ou para o Governador. O Sr. Walter Figueira, de São Caetano, diz que o Município de São Caetano do Sul é favorável à lei, todavia, entende deva haver um esclarecimento quanto à demanda de 25% que será colocada à disposição dos planos de saúde privados, em razão da insuficiência de leitos atual. Informa que isso já acontece no Instituto do Coração e Dante Pisaneschi, e que nestes hospitais, o atendimento tem sido normal para os planos de saúde particulares. O Prefeito Mário entende que com a redução de 25% de leitos para os pacientes do SUS, o prazo para se conseguir vaga vai aumentar para um ano ou um ano e meio. O Sr. Walter Figueira questiona para quem os planos de saúde particulares pagarão?, e o Prefeito Mário informa que pagarão às Organizações Sociais. O Sr. Walter coloca que a princípio acha a lei benéfica. No sentido literal, todavia, acha que deva existir as informações sobre as demandas dos hospitais Mário Covas e Serraria. O Prefeito Aidan entende justo cobrar de quem tem convênio particular, para diminuir os gastos. Todavia, coloca que a falência dos órgãos de saúde já vem há tempos. Nós é que nunca nos preparamos para isso. Entende que o que resolverá é irmos direto ao Governador do Estado. Informa que em Santo André, estão investindo em prevenção, pois não há como aumentar leitos. Não podemos negar esta falência. Coloca que em sua opinião os Hospitais Mario Covas e Serraria estão incluídos na lista de hospitais de deverão dar atendimento aos planos de saúde privados, mas temos que pensar numa saída. O Prefeito Clóvis coloca ser preciso que tenhamos um posicionamento. Pelas discussões verifica que a maioria dos Prefeitos é contra a lei. Então será preciso uma entrevista como o Governador do Estado, mas precisamos de pauta ampla. Entende que cada município deverá encaminhar uma pauta ao Consórcio com vários assuntos, mas este assunto, especificamente, será prioridade. O Prefeito Oswaldo concorda que precisamos de mais informações e que esta discussão tem que ser imediata. Precisamos estabelecer qual o número limite de leitos que concordamos em reservar aos planos de saúde. O Prefeito Marinho entende ser preciso que nos manifestemos no sentido de que a situação vai piorar para a região do ABC. Temos que alertar a população regional, de que vai demorar mais tempo para internações. Em seu ponto de vista, não adianta colocar posicionamento contrário à lei, que já é concreta, e visa abrir espaço para contratação, para suprir ociosidade que o privado tem. Assim, entende que devemos buscar recursos para aumentarmos o número de leitos da região. Esta pode ser uma oportunidade de discutirmos isso com o Governador. Precisamos, então de estudo e organização da

discussão, em como poderemos melhorar esta situação. Por exemplo: quem tem convênio e vai para o hospital público, necessário verificar qual será o ressarcimento do convênio. Todavia, não é isso o que a lei contempla. A justificativa é essa, mas a lei não diz isso. Quem vai comprar as vagas são os grandes. Precisamos, inicialmente, de uma agenda com o Secretário Estadual de Saúde. O Prefeito Mário concorda com o Prefeito Marinho, e coloca sua preocupação de que este tema faça parte de lista com outros temas que irão para o Governador. Entende que a Emenda Constitucional 29 (prevê mais recursos para a área da saúde e está no bolo da negociação para a prorrogação da CPMF até 2011) é outro tema importantíssimo, mas o tema relacionado à Saúde é da mesma importância, já que corremos o risco de ter uma diminuição de 25% na oferta de leitos para os usuários do SUS. Temos que priorizar. Entende que primeiro deveremos ter agenda com o Secretário Estadual de Saúde e, posteriormente, quando formos falar com o Governador levarmos uma lista de pleitos, dos quais este deverá ser o primeiro. O Sr. Walter Figueira deseja esclarecer que a concordância de São Caetano do Sul é com a lei, mas entende necessária uma revisão dos hospitais. O Prefeito Aidan entende que o Governador não alterará a lei, que já foi aprovada e certamente o próprio governo já fez um estudo antes de encaminhar o projeto de lei à Assembléia Legislativa. Este estudo já existe. O que precisamos saber é se estes 25% da capacidade utilizada reverterão. O Prefeito Clóvis solicita à Secretária Executiva para telefonar naquele momento para falarem com o Assessor Parlamentar do Secretário Estadual de Saúde, Dr. Luis Melo. Feita a ligação (3066-8000), a secretária do assessor informou que ele estaria atendendo alguns prefeitos e que retornaria mais tarde. A Secretária Executiva do Consórcio ficou incumbida pela falar com ele, para conseguir uma agenda entre o Secretário Estadual de Saúde e os Prefeitos. A Sra. Cidinha, de Diadema, entende que caberá ao Secretário Estadual de Saúde dizer quais Organizações de Saúde entrarão na lista. Entende que a lei servirá apenas para conseguir receita para nossos dois hospitais e outros do Estado. O Dr. Jorge Mitidiero, de Ribeirão Pires entende que a lei é clara e abriu as portas para os convênios particulares. O Prefeito Aidan entende que toda discussão é válida, mas é necessário que levemos proposituras sobre a lei. A representante do GT Saúde por Mauá entende que a lei está aprovada e isso é fato. Todavia, temos déficit real de vagas na região. A preocupação do Estado é injetar verba nova nos hospitais, e a nossa preocupação é que estão tirando uma parte de leitos que já fazem falta para a região. O Sr. Walter Figueira alega que, da leitura da lei, verifica que o § 1º, inciso IV, do artigo 1º, fala em “no máximo 25% da capacidade operacional total”. Isso dá margem à negociação. O Prefeito Mário adverte, todavia, que se nós não nos falarmos nada neste momento, o que prevalecerá será a capacidade total de 25%. O Prefeito Clóvis informa aos Prefeitos que tendo em vista que o Assessor Parlamentar do Secretário Estadual de Saúde está em reunião com outros prefeitos, será agendada uma data com ele após a esta reunião. Solicita que o Coordenador do GT Saúde participe da reunião a ser agendada, juntamente com os Prefeitos que puderem ir. A pauta com o Governador do Estado ficará para o mês de fevereiro de 2011. Na sequência, o Prefeito Clóvis solicita aos demais Prefeitos, autorização para falar sobre um assunto que não está na pauta: Coloca aos demais Prefeitos estar inconformado com a série de ataques que o Prefeito Oswaldo Dias vem sofrendo por parte da mídia, com relação às catástrofes ocorridas em seu município, por conta das

chuvas de verão. Entende que os ataques ferem o Prefeito e a primeira dama do Município de Mauá, na medida em que dão conta de que eles estariam vendo tudo sem nada fazer. Alega que no ano passado já suportou esse tipo de catástrofe em seu município, e que qualquer dos prefeitos poderá vir a experimentar este tipo de problema, não sendo justo, por parte da imprensa, não dar a palavra ao Prefeito, para se manifestar, como é o caso do Prefeito Oswaldo Dias. Por conta disso, alerta aos Prefeitos o quanto seria necessário um canal regional onde os Prefeitos pudessem levar este tipo de esclarecimento à população em geral. Sabe que a empresa NET ainda não respondeu o ofício encaminhado pelo Consórcio no final de 2010, mas não podemos ficar de mãos atadas, aguardando a resposta da NET. É preciso que façamos alguma coisa para mudar isso. Sugere que os sete municípios cicitizem valor para veiculação de notícias regionais. Solicita à Secretária Executiva que este assunto integre a pauta de discussão da 13ª reunião ordinária da Assembléia Geral. Antes, todavia, faça reunião com os sete secretários de comunicação dos municípios, para verificação do espaço/tempo de veiculação de matéria, tipo de programação, valor e aporte necessário para cada município. Deverá ser passada média de preços aos Prefeitos, na reunião. INFORMES: Na sequência, o Presidente passou a palavra à Sra. Secretária Executiva, para os informes da pauta, os quais foram passados aos Prefeitos, conforme segue: REVISTA DO CONSÓRCIO. A Secretária Executiva informa que na próxima semana estará encaminhando aos Gabinetes dos Prefeitos, exemplares da Revista do Consórcio, contendo o Planejamento Regional Estratégico 2011/2020, para distribuição nas secretarias, órgãos municipais, entre outros órgãos de importância nos municípios. ELEIÇÃO E POSSE DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE. A Secretária informa que no dia 07/02/11 será realizada a 13ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral, e eleição e posse dos novos Presidente e Vice-Presidente do Consórcio. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta, agradeceu novamente a presença de todos e encerrou a reunião, às 12H00, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Eliana Bernardo da Silva, Secretária Executiva do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.-.-.-.-.-

Região do ABC Paulista, em 17 de janeiro de 2011.

Prefeitos signatários, presentes na 12ª. Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

CLÓVIS VOLPI
Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

MÁRIO WILSON PEDREIRA REALI
Vice-Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Prefeito do Município de Diadema

AIDAN ANTONIO RAVIN
Prefeito do Município de Santo André

LUIZ MARINHO
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

WALTER FIGUEIRA JUNIOR
Representando o Prefeito do Município de São Caetano do Sul

OSWALDO DIAS
Prefeito do Município de Mauá

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 12ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

ELIANA BERNARDO DA SILVA
Secretária Executiva da Presidência